

COOPERATIVISMO: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR¹

Walter Frantz², Paloma Rosa Del Frari³, Alana Helbich Brum⁴.

¹ Trabalho vinculado a projeto de pesquisa institucional

² Professor do PPGEc e ao DCJS, UNIJUI, GEOP - Grupo de Estudos de Educação Popular, Movimentos e Organizações Sociais. wfrantz@unijui.edu.br

³ Bolsista PIBIC/CNPq, UNIJUI, paloma.delfrari@hotmail.com

⁴ PIBIC /CNPq – Ensino Médio, Colégio Tiradentes, Ijuí. alana_hbrum@hotmail.com

Introdução

O estudo aborda a relação entre organização cooperativa e agricultura familiar, especialmente, a originada pelos processos de colonização. Considera-se válido voltar no tempo e falar sobre cooperativismo e agricultura familiar, a partir de vivências, experiência e observação. Afirma Milton Santos (2006, p. 214): “Uma dada situação não pode ser plenamente apreendida se, a pretexto de contemplarmos sua objetividade, deixarmos de considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam”. Segundo Jörn Rüsen (2007, p. 60), “o saber histórico torna-se o meio de uma comunicação”, através do qual a percepção de si e do outro se põe em movimento, tornando o passado vivo. Descontextualizados, os seres humanos não podem enxergar e nem entender nem a si próprios. “Lembrar-se daquilo que era e de como se tornou o que é, faz plausível, para o sujeito, tornar-se outro” (RÜSEN, 2007, p. 61). O objetivo da pesquisa é compreender e interpretar as práticas cooperativas na agricultura familiar.

Metodologia

Na interlocução com diferentes autores, através da leitura, busca-se compreender a relação entre agricultura familiar e cooperativismo, a partir da observação de suas práticas de cooperação. Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, buscando lançar luzes sobre vivências e experiências observadas, com o objetivo de “penetrar” em seus sentidos e significados. No entendimento de Mario Osório Marques (1998, p. 93), “Começamos de fato a pesquisar quando começamos a escrever a partir de um tema, assunto, hipótese, título”. Diz ele (1998, p. 98) que, definido o tema, a problemática, as hipóteses orientadoras da investigação, “cabe ao pesquisador convocar uma específica comunidade de argumentação”, isto é, interlocutores à discussão do que se busca desenvolver, com o objetivo de fundamentá-la com o necessário referencial teórico que leve à compreensão do mundo. Afirmam Menga Lüdke e Marli André, (1986, p. 3) que, sendo a pesquisa uma atividade humana e social, reflete “a carga de valores, preferências, interesses e princípios que

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

orientam o pesquisador”. Afirma Marques (1998, p. 59) que a pesquisa não exige que se façam leituras para inseri-las no texto, “mas que tenha o pesquisador bem-definidos seus propósitos, e então busque leituras a eles adequadas”.

A pesquisa bibliográfica, isto é, a interlocução pelas leituras e reflexão crítica é o eixo central e orientador do caminho do presente estudo investigativo. No entanto, concorda-se com que “não só das dos livros, mas das do mundo, das da vida, de nossas conversas de uns com outros, de nossas prévias experiências, isto é, de nossa capacidade de dizer a outrem o que aprendemos” (MARQUES, 1998, p. 112).

Discussão

A caracterização da agricultura familiar, ainda que sucintamente, é essencial para a compreensão de sua relação com o cooperativismo. Resguardada a discussão mais específica sobre a agricultura camponesa (SABOURIN, 2009), pode-se dizer que a agricultura familiar, na região noroeste do Rio Grande do Sul, nasceu do processo de ocupação das terras, iniciada ao final século XIX, com a chegada dos primeiros colonos. Na região, foram instalados núcleos populacionais de diferentes etnias de origem europeia. Porém, a maioria dos colonizadores já era oriunda das antigas colonizações do Estado, chamadas “Colônias Velhas”. A maioria das famílias dos agricultores foi assentada em lotes de 25 hectares, desenvolvendo-se uma agricultura de ocupação familiar. Isto é, nas unidades econômicas a força de trabalho predominante foi familiar (ZARTH, 2009).

Certamente, não existe um conceito fechado sobre agricultura familiar, embora ainda possam ser reconhecidas algumas características comuns. Em termos amplos, como principais características da agricultura familiar dos colonos podem ser citadas a propriedade familiar da terra e o uso predominante do trabalho dos membros da família na produção. Portanto, caracteriza-se pela unidade entre trabalho e propriedade dos meios de trabalho. Essa identidade entre quem trabalha e a propriedade dos meios de produção estão a serviço da vida das pessoas que nela trabalham, embora o projeto de colonização também tivesse uma motivação econômica distinta dos interesses das pessoas assentadas, vindos dos interesses da crescente industrialização do País.

Importa observar que a ocupação das terras ocorreu no contexto de um processo de constituição dos polos nacionais de desenvolvimento, voltados à industrialização. “A agricultura familiar, desde logo, passou a ter funções nesse processo de afirmação de uma economia capitalista. Afirmou-se como fornecedora de alimentos baratos” (FRANTZ, 2009, p. 140-142). A inserção à lógica capitalista produziu, passo a passo, uma ruptura entre a unidade do trabalho e a propriedade dos instrumentos de trabalho. O trabalho passou a ter outro sentido ou significado na vida das pessoas. “Nos espaços sociais e econômicos destruídos, floresce a cultura do individualismo e, assim, abre-se o espaço para a afirmação da lógica do capital. O capital ocupa, cada vez mais, os espaços da economia e da cultura” (FRANTZ, 2009, p. 177).

Com exceção da fase inicial de ocupação dos lotes, produzia-se para vender e vendia-se para comprar. Porém, não era uma economia de mercado de fato, embora fosse constituída por razões de mercado. Não se tinha a força da organização ou o poder nas relações econômicas de comércio que

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XIX Jornada de Pesquisa

garantissem a renda suficiente para depender das relações de mercado. Produzia-se de tudo por que não se conseguia “gerar” ou obter os meios monetários necessários à compra do que se necessitava ou desejava para viver. Tinha-se mão-de-obra e terra, mas não se tinha como “produzir” os suficientes meios de troca, isto é, recursos monetários. Por isso, eram obrigados à autossuficiência pela insuficiência do “poder de compra”. Nem a organização de cooperativas resolvia essa questão: a falta de poder nas relações de “comércio externo”. Do esforço por produzir os meios monetários para a inserção ao mercado, especialmente, consumidor, nasceram cooperativas de venda e compra de produtos.

Entretanto, apesar dessa motivação econômica externa e distinta, inicialmente, a produção estava mais relacionada com o que eram as necessidades, desejos e interesses das pessoas. Tratava-se de um processo que integrava as pessoas, amarrando-as por valores associativos ou pela proximidade de vizinhança e parentesco. Na relação social do processo produtivo predominava a necessidade e a busca pela vida, mais do que a lógica que decorre do mercado, orientada pela concorrência dos capitais investidos. Esse sentido do processo de produção e distribuição orientava as ações e as interações das pessoas. Isto é, ao processo produtivo eram agregados valores e significados que provinham das necessidades e dos desejos da vida e não apenas do capital investido. A organização cooperativa era instrumento fundamental de sua organização econômica e social.

Com o atrelamento da produção agrícola ao sentido capitalista, isto é, ao mercado de lógica capitalista, o “mundo” da agricultura familiar sofreu transformações radicais. Produzir e viver passou a ter outras referências e orientações, que não provêm mais das necessidades e desejos da vida, mas da lógica de uma ordem que tem o lucro, a remuneração do capital investido, como referência de orientação. Esse novo contexto da produção desfaz o sentido associativo do trabalho e o privatiza, isto é, os indivíduos passam a ter como referência a valorização de seu trabalho nas relações de mercado, onde o associativo e o cooperativo serão apenas instrumentos de controle de custos e não mais valores de vida.

Conclusões

Na agricultura familiar se pode identificar uma relação histórica, marcada por esperança e decepções. A relação associativa dos agricultores entre si, através da cooperação, de alguma maneira, sempre aparece como um elemento importante de organização de suas economias. Os seus atores ainda esperam encontrar na organização cooperativa um instrumento de poder de atuação nas relações econômicas de compra e venda em defesa de seus interesses. O movimento toma formas e sentidos de organização e funcionamento, muitas vezes, segundo as estruturas sociais, as concepções políticas, as categorias econômicas, as diferentes concepções e interpretações do sentido da cooperação.

O movimento social pela organização cooperativa, historicamente, não é um bloco único. A história do movimento cooperativo revela a face das dificuldades e lutas dos seres humanos por produzir, especialmente, suas condições materiais de vida. Hoje, a agricultura familiar deixa de ser uma instituição de abrigo às pessoas para se tornar um espaço de economia, atrelada à racionalidade do

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XIX Jornada de Pesquisa

mercado capitalista, isto é, a busca do lucro. No lugar de uma economia de acolhimento à vida das pessoas, de uma economia do humano, afirma-se, sempre mais, a lógica da economia capitalista. O processo produtivo é sempre mais separado das necessidades dos trabalhadores pela introdução de novos fatores de produção, submetido e instrumentalizado pelos interesses da ordem do capital.

A incorporação da agricultura familiar à lógica do mercado capitalista produz rupturas em seus fundamentos tradicionais, vinculados às necessidades das pessoas e na forma de conduzir as suas atividades. A penetração da lógica do capitalismo na agricultura familiar passa a destruir as relações associativas e cooperativas. Enfraquece a resistência à inserção ao sentido capitalista da vida. As atividades da produção primária são controladas, sempre mais, pelo poder da ciência e da tecnologia a serviço da lógica do capital. O ritmo e sentido de suas atividades são ditados, sempre mais, pela lógica do capital e não do trabalho. O agricultor perdeu o controle sobre o que faz. O trabalho do agricultor é apenas um componente da fórmula, que visa como resultado a acumulação de capital. O poder de controle das atividades é, cada vez mais, dominado pelo poder das grandes organizações. Esse poder se expressa pela comercialização das sementes transgênicas.

No entanto, a organização cooperativa como instrumento de defesa, de esperança e de resistência faz parte da história da agricultura familiar. Hoje, o apelo à economia solidária e às iniciativas alternativas de organização cooperativa materializa o desafio à reconstrução de relações associativas e cooperativas, na economia da agricultura familiar. Sob muitos aspectos, pode-se dizer que a agricultura familiar se transformou em uma “atividade de esperança” para muitas famílias, novamente, procurando se viabilizar através de “nichos de mercado” ou através de políticas públicas de reconhecimento e apoio. Apesar das decepções com muitas experiências cooperativas e de suas limitações, não morre a esperança no cooperativismo. A necessidade de se construir poder nas relações econômicas, sob controle dos associados, alimenta a esperança na cooperação como meio de valorização do trabalho e de seu poder de compra. Sempre de novo, afloram novas organizações cooperativas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; cooperativismo; organização cooperativa.

Referências bibliográficas

FRANTZ, Walter. Reflexões em torno da agricultura familiar. In: ANDRIOLI, Antônio, Inácio (org.). Tecnologia e agricultura familiar: uma relação de educação. Ijuí: Editora UNIJUI, 2009, p. 137-187.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. S. Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, Mario Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. Ijuí: UNIJUI, 1998.

RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XIX Jornada de Pesquisa

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ZARTH, Paulo Afonso. História, Agricultura e Tecnologia no Noroeste do Rio Grande do Sul. In: ANDRIOLI, Antônio, Inácio (org.). Tecnologia e agricultura familiar: uma relação de educação. Ijuí: Editora UNIJUI, 2009, p. 51-75.